



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

SUMÁRIO

Regimento da Assembleia da República (Revisão do):

Proposta de aditamento ao artigo 74.º proposto pela Subcomissão de Revisão, apresentada pela UEDS.

Ratificação n.º 114/III:

Requerimento do CDS pedindo a apreciação pela Assembleia do Decreto-Lei n.º 288/84, de 23 de Agosto.

Requerimentos:

N.º 2940/III (1.º) — Dos deputados Paulo Areosa e Jorge Patrício (PCP) ao Ministério da Justiça acerca do processo de implementação dos centros de detenção de menores.

N.º 2941/III (1.º) — Dos mesmos deputados ao Ministério da Educação acerca da garantia dada pelo Despacho Normativo n.º 194-A/83 aos alunos que terminem os cursos profissionais de um ano quanto à possibilidade de frequência de um estágio remunerado pelo Ministério.

N.º 2942/III (1.º) — Dos mesmos deputados ao mesmo Ministério pedindo uma relação das associações juvenis inscritas no Registo Nacional das Associações de Jovens do FAOJ.

N.º 2943/III (1.º) — Dos mesmos deputados ao mesmo Ministério pedindo cópia dos mapas da rede escolar do ensino preparatório e secundário.

N.º 2944/III (1.º) — Do deputado Ramalho Cosme e outros (PS) ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação acerca da introdução do gasóleo verde para o uso exclusivo de máquinas agrícolas.

N.º 2945/III (1.º) — Do deputado Marques Mendes (PSD) à RDP e RTP pedindo várias informações relativas à Agro-Basto/84.

N.º 2946/III (1.º) — Dos deputados Carlos Espadinha e Margarida Tengarrinha (PCP) ao Governo acerca do desassoreamento da barra e ria de Alvor e eliminação da poluição provocada pelo esgotos do Hotel da Penina e das povoações vizinhas.

N.º 2947/III (1.º) — Do deputado Laranjeira Vaz (PS) ao Ministério da Educação pedindo vários elementos relativos ao ambiente escolar na Escola Primária de Ligares (Freixo de Espada à Cinta).

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (REVISÃO DO)

Proposta de aditamento ao artigo 74.º proposto pela Subcomissão de Revisão

Propõe-se o aditamento de um novo número, o n.º 3, com a seguinte redacção:

3 — Os recursos para o Plenário das decisões da Conferência dos Presidentes, formulados ao

abrigo do disposto no número anterior, terão sempre efeito suspensivo.

Assembleia da República, 2 de Outubro de 1984. — O Deputado da UEDS, *Lopes Cardoso*.

Ratificação n.º 114/III — Decreto-Lei n.º 288/84, de 23 de Agosto

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do CDS, sujeitam a ratificação pela Assembleia da República o Decreto-Lei n.º 288/84, de 23 de Agosto, que altera alguns artigos e acrescenta outros ao Código do Notariado, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 195.

Apresentamos a V. Ex.ª os nossos melhores cumprimentos.

Assembleia da República, 2 de Outubro de 1984. — Os Deputados do CDS: *Nogueira de Brito — Miguel Anacoreta Correia — Lobo Xavier — Manuel Jorge Goes — Armando de Oliveira — Neiva Correia — Rocha dos Santos — Abreu Lima — Horácio Marçal — Menezes Falcão*.

Requerimento n.º 2940/III (1.º)

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:

O Decreto-Lei n.º 90/83 criou os centros de detenção de menores, já anteriormente previstos pelo Decreto-Lei n.º 401/82, que definiu o regime penal aplicável a jovens.

Entretanto, passados mais de 2 anos, estes não entraram ainda em funcionamento.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Justiça, os seguintes esclarecimentos:

- 1) Em que situação se encontra o processo de implementação dos centros de detenção de menores?